

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATHEUS BRAGA POTRICH

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO
RURAL E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015**

DOURADOS/MS

2023

MATHEUS BRAGA POTRICH

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO
RURAL E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Professora Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Professor Dr. Alexandre de Souza Corrêa

Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho

Dourados/MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P864a Potrich, Matheus Braga

ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL E URBANO
DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015 [recurso eletrônico] / Matheus Braga Potrich. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Roselaine Bonfim de Almeida.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desigualdade. 2. Índice de Gini. 3. Gênero. 4. Urbano. 5. Rural. I. Almeida, Roselaine Bonfim De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO II,
SEMESTRE LETIVO 2022.2

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL E URBANO
DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015**

MATHEUS BRAGA POTRICH

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Roselaine B. de Almeida
Prof.^a Dra. Roselaine Bonfim de Almeida
(Orientadora)

Leandro Vinícios Carvalho
Prof. Dr. Leandro Vinícios Carvalho
(Avaliador 1)

Alexandre de Souza Corrêa
Prof. Dr. Alexandre de Souza Corrêa
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 19 de abril de 2023.

ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015

MATHEUS BRAGA POTRICH

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Dr. Alexandre de Souza Corrêa

Dr. Leandro Vinícios Carvalho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por ter-me permitido realizar este trabalho, mesmo com todos os obstáculos enfrentados. Agradeço, também, a minha mãe por me dar toda a estrutura necessária para me tornar quem sou hoje. Ao meu irmão, que é o pilar para as minhas epifanias econômicas, uma vez que costumamos debater sobre conjuntura econômica e afins. Ao meu colega Lucas Eduardo, um grande amigo que conheci durante o curso e que, com certeza, foi um alívio cômico perante a todos os problemas que ocorreram neste período. À professora Roselaine que se propôs a me orientar, não apenas em meu trabalho de graduação, mas também com meus problemas pessoais, quase atuando como psicóloga. Ao professor Alexandre e ao professor Leandro, por aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora. Por fim, agradeço a todos os professores e a direção da FACE por proporcionarem essa experiência e me capacitarem para o mundo dos adultos.

RESUMO

O presente estudo visou mensurar as desigualdades de renda entre gêneros, no ambiente urbano e rural, para todas as unidades federativas do Brasil no ano de 2015. Assim, utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), com o intuito de mensurar o nível de desigualdade. Calculou-se, por meio do software estatístico Stata, o Índice de Gini para todos os estados, divididos entre os grupos abordados neste trabalho. Os resultados apontaram para uma maior desigualdade entre as mulheres, mais especificamente as mulheres urbanas. O Distrito Federal e o Acre apresentaram os maiores índices de desigualdade, enquanto Santa Catarina obteve os melhores coeficientes.

Palavras-chave: Desigualdade; Índice de Gini; Gênero; Urbano; Rural.

ABSTRACT

This study aimed to measure income inequalities between genders, in the urban and rural environment, for all federative units in Brazil in 2015. Therefore, the National Household Sample Survey was used as a database. To measure the level of inequality, the Gini index was calculated using a statistical software named Stata in all states for each group addressed in this work. The results pointed to greater inequality among women, more specifically urban women. The Federal District and Acre had the highest inequality indices, while Santa Catarina had the best coefficients.

Key words: Inequality; Gini index; Genders; Urban; Rural

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Representação da Curva de Lorenz | 20 |
| Figura 2 - Dispersão do Índice de Gini encontrado com os disponibilizados pelo IBGE para os estados em 2015..... | 23 |
| Figura 3 - Comparação do Índice de Gini por sexo para os estados em 2015..... | 25 |
| Figura 4 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015..... | 27 |
| Figura 5 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015..... | 29 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Resultado do Índice de Gini encontrado e os dados mensurados pelo IBGE para todos os estados em 2015 | 22 |
| Tabela 2 - Índice de Gini por sexo para todos os estados em 2015 | 24 |
| Tabela 3 - Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015 | 26 |
| Tabela 4 - Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015 | 28 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA | 13 |
| 1.2 OBJETIVOS | 14 |
| 1.2.1 OBJETIVO GERAL | 14 |
| 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 14 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 14 |
| 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 15 |
| 2.1 REVISÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.2 REVISÃO DE LITERATURA..... | 16 |
| 3. METODOLOGIA | 19 |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA | 19 |
| 3.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS..... | 19 |
| 3.2.1 CURVA DE LORENZ..... | 20 |
| 3.4.2 ÍNDICE DE GINI | 20 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 21 |
| 4.1 COMPARAÇÃO RESULTADOS X IBGE..... | 21 |
| 4.2 RESULTADOS POR SEXO E LOCALIDADE DO ÍNDIVIDUO | 23 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 30 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 31 |

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade e a acumulação da renda apresentaram tendências de crescimento nas últimas décadas. De acordo com Dalmolin (2021), esses problemas preocupam até países em situação mais avançada de desenvolvimento econômico. Segundo a pesquisa realizada por Chancel et al. (2021), que analisou dados de 2021 e publicou os resultados no *World Inequality Database* (WID), a população classificada como os 10% mais ricos dispõe de 52,3% de toda a renda mundial, enquanto os agrupados como os 50% mais pobres possuem aproximadamente 8,5% da renda.

Ainda baseado na publicação da WID, foi constatado que os países mais desiguais estão localizados nas regiões do Oriente Médio e do Norte da África, onde os 10% mais ricos detêm, aproximadamente, 58% de toda a renda gerada no território, enquanto os 50% mais pobres conseguem acessar, em média, 9% da riqueza produzida. Já a Europa tem os melhores índices de distribuição de renda, pois 36% da renda é direcionada aos 10% mais ricos e 19% da renda é partilhada entre os 50% mais pobres (CHANCEL et al., 2021).

Essa disparidade também é observada no mundo pelo trabalho de Chancel et al. (2021) ao relacionar a questão da desigualdade aos gêneros, que, apesar da redução na desigualdade ao longo dos anos, apresenta uma participação feminina de 34,7% na renda mundial, enquanto os homens contribuem com 65,3%. Porém, é importante ressaltar que, segundo os dados do *World Bank* em 2020, a participação das mulheres no mercado de trabalho representa por volta de 50%, o que não condiz com sua remuneração (PIMKINA; DE LA FLOR, 2020).

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro apresentou uma tendência de crescimento a partir do final da década de 1960. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (IBGE, 2015), em 1970 foi apurado que apenas 29,75% das mulheres com mais de 10 anos ocupavam espaço no mercado de trabalho, com um aumento de 1,48% em 1981, outra variação de 4,33% acrescidos em 1990, em 2001 um novo aumento de 5,14% e, por fim, um acréscimo de 1,92% em 2013, acumulando 42,62% da mão de obra preenchida pelas mulheres.

Em vista desse aumento da participação feminina no mercado de trabalho, foi possível mensurar as diferenças salariais entre os dois gêneros. Segundo dados da PNAD, o salário médio do homem em 1995, já com a circulação do Real no Brasil, era de R\$368,00 enquanto o da mulher correspondia a R\$146,00, contabilizando uma diferença salarial de 60,32%. Ao longo dos anos essa assimetria na renda média retraiu-se para 46,62% em 2005 e 41,43% em 2013 (IBGE, 2015).

Outro ponto relevante ao trabalho diz respeito às áreas urbanas e rurais, essas quais são conceituadas pela PNAD da seguinte forma: i) como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; e ii) como situação rural, que abrange toda a área situada fora dos limites da área urbana. Este critério é, também, utilizado na classificação das populações urbana e rural (IBGE, 2015).

A disparidade de renda nessas áreas é significativa de acordo com pesquisas feitas pela PNAD entre 1995 e 2013. Foi constatado em 1995 que a renda média mensal da população situada nas áreas urbanas era de R\$ 291,00, enquanto na zona rural era R\$104,00, uma diferença de 64,26%. Essa assimetria foi reduzida em 2005 para o valor de 57,63% e em 2013 para o resultado de 48,81% de diferença entre o salário médio mensal das pessoas residentes em áreas urbanas comparadas às localizadas em áreas rurais (IBGE, 2015).

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Com o intuito de mensurar as desigualdades de renda entre gêneros e nas diferentes distribuições populacionais residentes nas áreas urbanas e rurais, o Índice de Gini é a medida de desigualdade mais comumente utilizada. Como elencado em Matos (2005), o coeficiente foi desenvolvido por Corrado Gini em 1914 e assume um número que varia entre 0 e 1, sendo 1 o grau máximo de desigualdade, isso ocorre quando apenas um indivíduo for portador de toda a renda existente, e 0 a igualdade perfeita da renda onde cada indivíduo possui uma parcela igualitária do total.

Portanto, a pesquisa em questão se propõe a mostrar, com base no Índice de Gini, o quão desigual é a renda entre homens e mulheres no âmbito rural e urbano dos estados brasileiros. Em 2016, a PNAD com periodicidade anual teve seu encerramento, tendo suas últimas divulgações o ano de 2015 como referência, portanto foi escolhido o ano de 2015 como alvo desse trabalho. A hipótese a ser verificada é a de que há maior desigualdade de renda nas áreas rurais em comparação às urbanas e, em conjunto, há maior desigualdade de renda afetando as mulheres em relação aos homens.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar desigualdade de renda no âmbito rural e urbano, por gênero, nos estados brasileiros no ano de 2015.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a desigualdade de renda nas áreas urbanas e rurais;
- Verificar se há diferença na distribuição da renda entre os gêneros;
- Apresentar a distribuição espacial da desigualdade de renda observada pelos estados brasileiros.

1.3 JUSTIFICATIVA

Barros et al. (2006) aponta que, apesar de haver outros resultados importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, a desigualdade de renda pode ser mensurada de forma facilitada, e contém em si uma grande parcela no quesito desenvolvimento econômico. Isso pode ser constatado no uso do Índice de Gini como uma das variáveis a ser contabilizadas na estimação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Ademais, os resultados obtidos pelo coeficiente classificam os estados por sua acumulação de renda, de acordo com as características estudadas, e possibilita a realização de políticas focadas na redução da mesma. A redução do Índice de Gini tem uma forte incidência sobre a minimização da pobreza e extrema pobreza na população, tendo em vista que a desigualdade de renda só é amenizada quando a renda média das pessoas pobres cresce a escalas maiores que a renda média nacional (BARROS et al, 2006).

Devido as especificidades atreladas ao Índice de Gini, essa pesquisa pode ser o ponto de partida para novos trabalhos voltados não só ao desenvolvimento regional, mas para todo estudo que possui a desigualdade de renda como variável de interesse. Dessa forma, os agentes governamentais também podem se beneficiar desse trabalho, tanto para pesquisas relacionadas a assistência social, quanto para estudos voltados a área de segurança pública.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 REVISÃO TEÓRICA

O estudo sobre a desigualdade de renda está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico, tendo esse múltiplos conceitos difundidos ao longo do tempo. Segundo Corrêa et al. (2019), as primeiras noções de desenvolvimento surgem atreladas a ideia de crescimento econômico no século XVII, sendo esse focado no acúmulo de riqueza gerado ou furtado de outras nações. Destarte, tem-se início ao pensamento clássico que define o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, sendo obtido com o aumento de produtividade do trabalho e, caso a renda adquirida por esse aumento fosse adequadamente distribuída, guiaria a sociedade ao equilíbrio.

A partir do século XX o tema ganha maior enfoque, suscitado principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com o visível aumento da disparidade entre os países que possuíam maior grau de industrialização dos países voltados para o setor primário, as noções de desenvolvimento vincularam-se ao conceito de industrialização. Essa associação advém dos acréscimos no nível de renda possibilitados pela diversificação produtiva e agregação de valor causada pela industrialização (DE OLIVEIRA, 2002).

A partir desse conceito, os países considerados subdesenvolvidos iniciaram um processo ávido de desenvolvimento, como no caso do Brasil que utilizou o método de Industrialização por Substituição de Importação (ISI) durante a década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, até o final da década de 1970, com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Esse novo processo econômico possibilitou a produção interna do que antes era importado e substituiu o protagonismo do setor agropecuário, que era responsável pela maior parte da renda e geração de emprego, pelo setor industrial, que passou a ser o centro dinâmico da economia (FONSECA, 2009).

Entretanto, apesar da ampliação da estrutura produtiva, o Brasil aumentou o hiato entre as taxas de crescimento e desenvolvimento, uma vez que a população não foi tratada com a devida importância. Dessa forma é possível observar que, o desenvolvimento econômico não acontece apenas com um incremento no nível de produção ou de industrialização, e sim em como os aumentos quantitativos são distribuídos para os habitantes de um país, de forma a melhorar o bem-estar social (DE OLIVEIRA, 2002).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um indicador de desenvolvimento mundial intitulado Índice de Desenvolvimento Humano¹ (IDH), com a finalidade de mensurar o quanto a produção foi revertida em qualidade de vida para a população, ao invés de medir a variação do Produto Interno Bruto (PIB). O IDH, por sua vez, possui um cálculo, sendo a média simples de três variáveis, sendo elas: a longevidade; a educação (taxa de alfabetização e taxa de matrícula nos níveis de ensino); o nível de renda (PIB real per capita) (SOUZA, 2012).

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Apesar do vasto repertório científico que engloba o tema em questão, foi possível constatar uma carência no que tange à uma análise desagregada por tópicos. Dessa forma, os temas foram tratados de forma segmentada, sendo os dois primeiros artigos um retrato da desigualdade de renda como um todo, os dois subsequentes competem a desigualdade de renda por gênero, e, por fim, a desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas.

Hoffmann (2010) analisou como várias parcelas da renda familiar, particularmente a renda não monetária, a variação patrimonial, aposentadorias e pensões de funcionários públicos e as transferências de programas sociais federais, contribuem para determinar a desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* (RFPC) no Brasil. Além disso, o autor apresentou as principais características da distribuição da RFPC no Brasil e em seis regiões. Para isso, ele decompôs o Índice de Gini de acordo com as parcelas do rendimento familiar que o compõe e, também, comparou os dados da POF 2008-2009 e 2002-2003. Entre os resultados encontrados observou-se um alto nível de desigualdade no Brasil, porém decrescente ao longo do período, tendo a região Sul e o estado de São Paulo com as menores taxas de desigualdade. Outro fator levantado foi a elevada contribuição dos rendimentos dos empregadores e o rendimento de aluguel para a desigualdade, e a eficiência do Bolsa Família para a distribuição da renda.

Farias e Teixeira (2022) descreveram a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil e em suas grandes regiões no período de 1997-2017. Para tal propósito, os autores agruparam as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) e as menos

¹ De acordo Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas do Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2017) com colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), entende-se como desenvolvimento humano o processo de ampliação das liberdades das pessoas com relação as suas capacidades e as oportunidades a seu dispor para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), catalogando de tal forma com base em suas características socioeconômicas. Com isso, foi estimado um modelo econométrico de momentos generalizados, intitulado *System GMM*, pois esse modelo suprime o viés ocasionado pelos efeitos fixos temporalmente invariantes e a consistência do estimador diante da possível relação de endogeneidade. Foi observado que, para o país como um todo e para as regiões menos desenvolvidas, há uma relação bicausal e negativa entre desigualdade e crescimento econômico, já para as regiões desenvolvidas essa relação é unicausal, existindo causalidade apenas na desigualdade sobre o crescimento.

No que se refere aos trabalhos com objetivo de quantificar a desigualdade de renda entre os gêneros, a pesquisa realizada por Muniz e Veneroso (2019) mensurou a penalidade materna sobre as chances de homens e mulheres ingressarem no mercado de trabalho, além do hiato salarial entre homens e mulheres em três classes de renda (baixa, média e alta), levando em consideração as especificidades do capital humano. Por último, identificaram as faixas de renda em que a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior. Para tanto, os autores estimaram regressões quantílicas pareadas com base nos dados da Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD) de 2008, disponibilizada pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social (CERES). Foram constatados três resultados: a) A maternidade possui uma relação negativa sobre a participação das mulheres pobres no mercado de trabalho; b) Quando comparado homens e mulheres com características semelhantes, a diferença média do salário foi de 17%, podendo ser reduzida ainda mais se considerar outras características não captadas; c) A classe baixa possui uma disparidade maior, enquanto a classe alta obteve resultados não significativos.

Ribeiro e Machado (2008) se propuseram a analisar o impacto das tendências na distribuição dos rendimentos das mulheres em união conjugal na tendência de diminuição da desigualdade de renda familiar no período de 1992 a 2014 no Brasil. Para tanto, foram utilizados os dados da PNAD para o período em questão e feito uma decomposição que separa as famílias chefiadas por casais de outros tipos de famílias (decomposição entre grupos populacionais) e, para os casais, distingue o impacto dos rendimentos das esposas do impacto de outras fontes de renda (decomposição por fontes de renda). Os resultados apontaram que, houve uma contribuição significativa do aumento do rendimento do trabalho das esposas para a tendência de queda da desigualdade de renda no período analisado. A participação da mulher no mercado de trabalho, juntamente com o aumento do rendimento e a diminuição da desigualdade entre as mulheres em união, corroborou para esse resultado.

Gabriel, Luz e Ribeiro (2020) discutiram sobre o comportamento da distribuição de renda nas áreas rurais brasileiras de 2004 a 2015, elencando as causas na diferença da distribuição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) com base na progressividade dos estratos da renda, e analisaram os efeitos composição e concentração da variação do Índice de Gini das parcelas da RDPC. Para isso, os autores utilizaram os microdados da PNAD para o período analisado e calcularam o Índice de Gini, além de sua decomposição em 11 parcelas da RDPC e a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki. Foi feita também a decomposição da mudança da desigualdade da RDPC e utilizado as áreas urbanas como base de comparação. Entre seus principais resultados estão: O baixo nível da renda média rural em relação a urbana; A queda do Índice de Gini em ambas as localidades; E a alta progressividade da parcela de transferências governamentais.

Souza et al. (2021) analisaram as consequências do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza urbana e rural no período de 2004 a 2014 nos estados brasileiros, considerando os efeitos dos níveis iniciais de desenvolvimento e da desigualdade. Para tanto, foram mensurados por meio de um painel dinâmico as elasticidades da renda e da desigualdade, além disso, foi incorporado um fator espacial para capturar os efeitos geográficos da pobreza. Os autores constataram que há uma maior tendência de queda na pobreza do que nos níveis de desigualdade. Ademais, a pobreza rural é mais sensível às mudanças no crescimento econômico, enquanto a pobreza no meio urbano apresenta maior sensibilidade às mudanças nos níveis de desigualdade de renda. De forma geral, o crescimento econômico provou ser uma ferramenta para a redução da pobreza, entretanto, essa redução será mais intensa quando associada à redução dos níveis de desigualdade.

Portanto, a partir dos trabalhos pesquisados, o estudo em questão pretende mensurar, por meio do Índice de Gini, a desigualdade de renda por gênero e localização domiciliar dos estados brasileiros em 2015, visto que há uma escassez de trabalhos tratando dessas características de forma discriminada para todo o Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O trabalho abrangerá todos os 27 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. Serão computadas as mulheres e homens de 15 ou mais anos de idade titulados em áreas rurais ou urbanas de todos os estados e o rendimento mensal familiar per capita das mesmas em 2015². Os dados serão de cunho secundário retirados do levantamento feito pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, órgão vinculado ao IBGE.

3.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para o desenvolvimento da análise será utilizado o Índice de Gini, sendo esse um índice associado a Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz é definida como um gráfico de frequência relativa acumulada utilizada para comparar a distribuição empírica de uma variável com a distribuição uniforme. Ela consiste em uma reta com o ângulo de 45° que representa a distribuição uniforme de frequência relativa acumulada, logo quanto mais próxima for a curva de frequência relativa acumulada de uma variável em relação à reta diagonal, menor será o Índice de Gini, caso contrário, quanto mais afastada a curva empírica estiver da reta de igualdade, maior será o Índice de Gini, resultando em uma maior concentração dessa variável (MATOS, 2005).

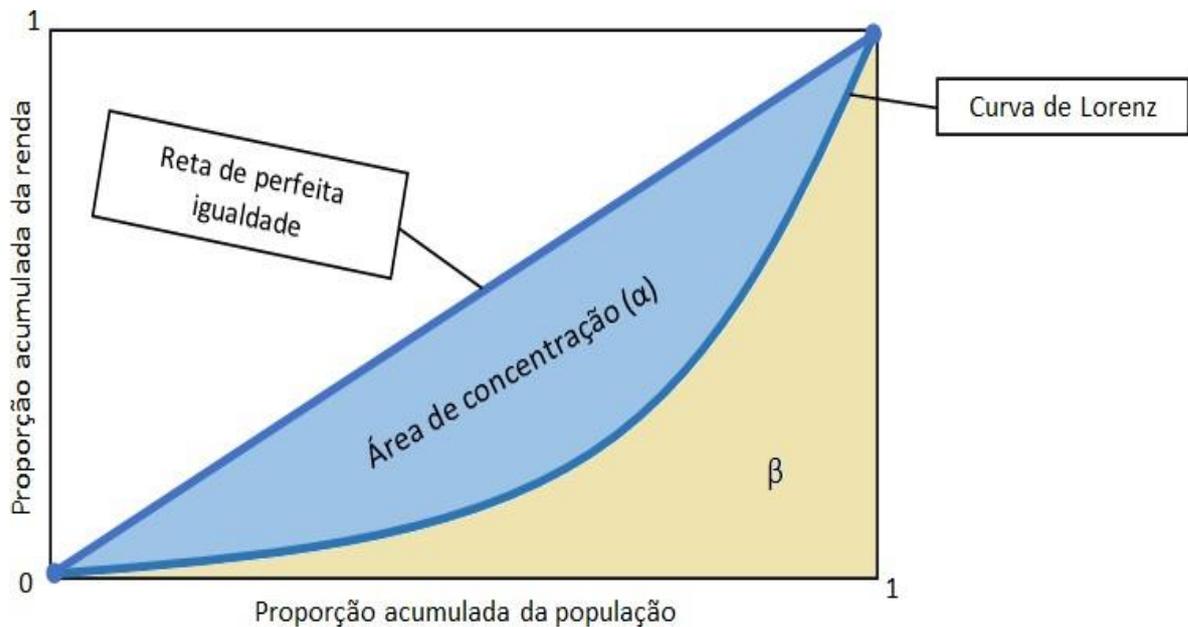
Para calcular os resultados do Índice de Gini, utilizar-se-á o *software* estatístico Stata, na versão 16.0. Por meio do comando *inequal*, pertencente ao pacote STB-23/sg30, será possível mensurar a desigualdade de renda entre os gêneros e localidade para o Brasil e suas Unidades Federativas.

² Para o rendimento mensal familiar *per capita* foi utilizada a variável v4750 da PNAD 2015.

3.2.1 CURVA DE LORENZ

Com o intuito de mensurar a curva para cada gênero e área habitada, os dados serão reorganizados de modo que, o salário pertencente ao menor rendimento médio mensal seja a primeira observação, e assim sucessivamente até os portadores da maior renda média mensal.

Figura 1 – Representação da Curva de Lorenz



Fonte: Elaboração própria.

A área situada entre as linhas analisadas é denominada como α (Alfa) e mede a desigualdade contida na população. O caso extremo de desigualdade é representado na Figura 1 quando todos os pontos que formam a Curva de Lorenz estão localizados no eixo das abscissas, nessa situação a área de concentração será somada ao β (Beta) e apenas um indivíduo portará toda a renda da sociedade, assim formando um triângulo retângulo (MATOS, 2005).

3.4.2 ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini é definido por duas vezes a área entre a Curva de Lorenz e linha de igualdade absoluta (a reta de 45°) dividido pelo restante da área que contempla o gráfico. A renda *per capita* será organizada de forma ascendente, onde o primeiro indivíduo possui a

menor renda e o último indivíduo possui a maior renda. Será considerada a distribuição de renda dividida em n indivíduos, então a fórmula utilizada no trabalho em questão será dada por Becketti (1995):

$$I^{\text{GINI}} = \frac{2}{n^2 \bar{Y}} \sum_{i=1}^n i(Y_i - \bar{Y}) \quad (1)$$

Em que:

n = Indivíduos que compõem a amostra

Y_i = Renda mensal familiar *per capita*

\bar{Y} = Média da renda mensal familiar *per capita*

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir é apresentado, primeiramente, uma comparação com os dados disponíveis no IBGE e os resultados encontrados por esse trabalho quanto a desigualdade de renda no Brasil e seus estados; e, posteriormente, os resultados quanto ao gênero e a localidade para o país e suas Unidades Federativas.

4.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE COMPARATIVA AOS DADOS DO IBGE

Para atestar a veracidade da metodologia, os resultados obtidos apenas para o Índice de Gini, sem a dissociação proposta no trabalho em questão, serão comparados com os valores mensurados pelo IBGE em 2015. Dessa forma, caso os dados possuam algum grau de semelhança, é possível afirmar que, caso o IBGE realize um estudo sobre a desigualdade baseado no Índice de Gini para cada um dos gêneros e áreas em que habitam, os resultados tenderão a ser semelhantes.

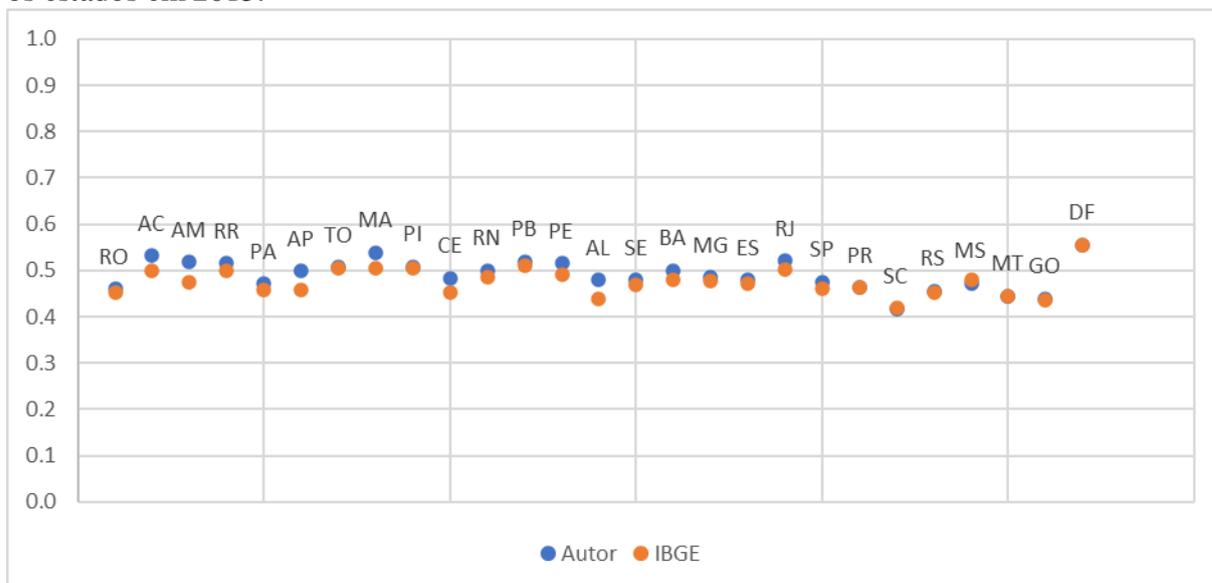
Tabela 1 – Resultado do Índice de Gini encontrado e os dados mensurados pelo IBGE para todos os estados em 2015.

| Unidade Federativa | Índice de Gini | | Desvio (I-A) |
|---------------------|----------------|----------|--------------|
| | Autor (A) | IBGE (I) | |
| Rondônia | 0,4610 | 0,4520 | -0,0090 |
| Acre | 0,5318 | 0,5000 | -0,0318 |
| Amazonas | 0,5186 | 0,4760 | -0,0426 |
| Roraima | 0,5153 | 0,5000 | -0,0153 |
| Pará | 0,4721 | 0,4590 | -0,0131 |
| Amapá | 0,4988 | 0,4570 | -0,0418 |
| Tocantins | 0,5071 | 0,5040 | -0,0031 |
| Maranhão | 0,5397 | 0,5060 | -0,0337 |
| Piauí | 0,5082 | 0,5050 | -0,0032 |
| Ceará | 0,4836 | 0,4530 | -0,0306 |
| Rio Grande do Norte | 0,5007 | 0,4870 | -0,0137 |
| Paraíba | 0,5192 | 0,5100 | -0,0092 |
| Pernambuco | 0,5162 | 0,4920 | -0,0242 |
| Alagoas | 0,4800 | 0,4380 | -0,0420 |
| Sergipe | 0,4796 | 0,4700 | -0,0096 |
| Bahia | 0,4999 | 0,4810 | -0,0189 |
| Minas Gerais | 0,4858 | 0,4780 | -0,0078 |
| Espírito Santo | 0,4802 | 0,4710 | -0,0092 |
| Rio de Janeiro | 0,5218 | 0,5030 | -0,0188 |
| São Paulo | 0,4757 | 0,4600 | -0,0157 |
| Paraná | 0,4628 | 0,4650 | 0,0022 |
| Santa Catarina | 0,4173 | 0,4190 | 0,0017 |
| Rio Grande do Sul | 0,4566 | 0,4540 | -0,0026 |
| Mato Grosso do Sul | 0,4727 | 0,4790 | 0,0063 |
| Mato Grosso | 0,4447 | 0,4450 | 0,0003 |
| Goiás | 0,4400 | 0,4360 | -0,0040 |
| Distrito Federal | 0,5561 | 0,5550 | -0,0011 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Para o Brasil, o valor do Índice de Gini foi de 0,506, diferindo em -0,015 do resultado encontrado pelo IBGE de 0,491. Uma parte dessa diferença pode estar associada ao uso de pessoas com 14 ou mais anos de idade na população do IBGE, diferente do que foi utilizado nesse trabalho, que exclui pessoas menores de 15 anos.

Figura 2 – Dispersão do Índice de Gini encontrado com os disponibilizados pelo IBGE para os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Observando a Tabela 1 e a Figura 2, é possível constatar que o Índice de Gini calculado a partir do rendimento mensal familiar *per capita* para as Unidades Federativas em 2015 foi semelhante ao encontrado pelo IBGE no mesmo ano. Os estados que possuem maior grau de semelhança são; Mato Grosso, Distrito Federal, Santa Catarina e Paraná, já os que tiveram maior desvio são; Amazonas, Alagoas, Amapá e Maranhão. O estado mais desigual apontado em ambos os trabalhos é o Distrito Federal, enquanto o mais igual, também destacado nos dois trabalhos, é Santa Catarina.

4.2 RESULTADOS POR SEXO E LOCALIDADE DO ÍNDIVÍDUO

Partindo para a análise do Índice de Gini do rendimento mensal familiar *per capita* discriminado pelo sexo, foi constatado que as mulheres possuem um maior nível de desigualdade quando comparado aos homens no Brasil. Apesar da baixa diferença, o índice apontou uma desigualdade de 0,507 entre as mulheres, enquanto os homens obtiveram o valor de 0,505, assim resultando em uma diferença de 0,002.

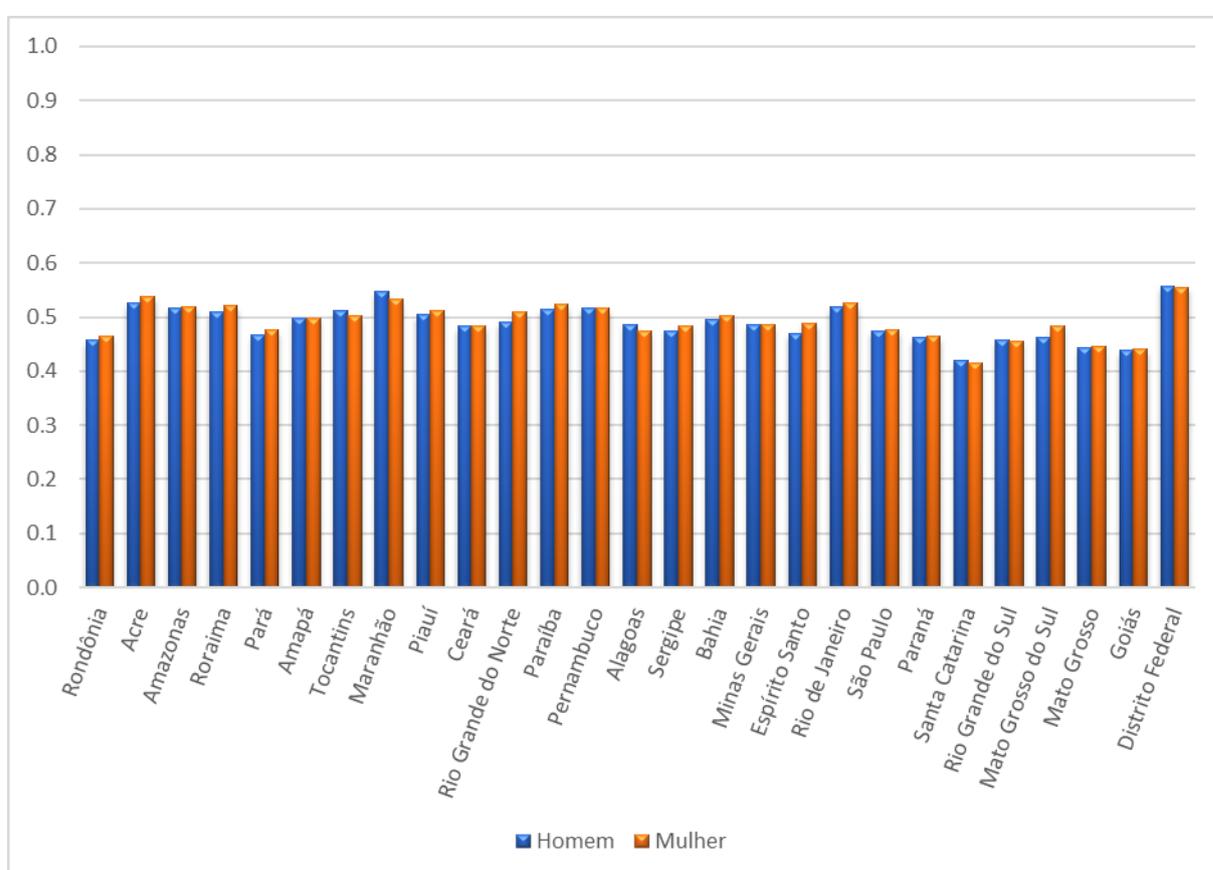
Tabela 2 – Índice de Gini por sexo para todos os estados em 2015.

| Unidade Federativa | Índice de Gini | | Variação (M-H) |
|---------------------|----------------|------------|----------------|
| | Homem (H) | Mulher (M) | |
| Rondônia | 0,4569 | 0,4648 | 0,0079 |
| Acre | 0,5256 | 0,5375 | 0,0120 |
| Amazonas | 0,5176 | 0,5192 | 0,0016 |
| Roraima | 0,5093 | 0,5203 | 0,0110 |
| Pará | 0,4678 | 0,4761 | 0,0083 |
| Amapá | 0,4968 | 0,4984 | 0,0016 |
| Tocantins | 0,5112 | 0,5024 | -0,0088 |
| Maranhão | 0,5466 | 0,5326 | -0,0140 |
| Piauí | 0,5039 | 0,5122 | 0,0083 |
| Ceará | 0,4827 | 0,4843 | 0,0017 |
| Rio Grande do Norte | 0,4909 | 0,5083 | 0,0174 |
| Paraíba | 0,5143 | 0,5236 | 0,0092 |
| Pernambuco | 0,5170 | 0,5154 | -0,0016 |
| Alagoas | 0,4860 | 0,4745 | -0,0115 |
| Sergipe | 0,4743 | 0,4843 | 0,0100 |
| Bahia | 0,4962 | 0,5030 | 0,0068 |
| Minas Gerais | 0,4860 | 0,4854 | -0,0007 |
| Espírito Santo | 0,4704 | 0,4888 | 0,0185 |
| Rio de Janeiro | 0,5179 | 0,5249 | 0,0070 |
| São Paulo | 0,4751 | 0,4760 | 0,0009 |
| Paraná | 0,4611 | 0,4644 | 0,0033 |
| Santa Catarina | 0,4197 | 0,4148 | -0,0049 |
| Rio Grande do Sul | 0,4572 | 0,4559 | -0,0014 |
| Mato Grosso do Sul | 0,4621 | 0,4827 | 0,0206 |
| Mato Grosso | 0,4431 | 0,4458 | 0,0027 |
| Goiás | 0,4385 | 0,4407 | 0,0021 |
| Distrito Federal | 0,5569 | 0,5547 | -0,0022 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Visualizando a Tabela 2 e a Figura 3, nota-se que a diferença entre a desigualdade que acarreta em ambos os sexos para a maioria dos estados é pequena, tendo seu maior expoente no território de Mato Grosso do Sul, onde a parcela feminina possui um coeficiente de 0,4827 enquanto para o homem é de 0,4621, com uma variação de 0,0206. Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, o estado mais desigual é o Distrito Federal, que apresentou um coeficiente de 0,5569 e 0,5547 para homens e mulheres, respectivamente. Já o estado com maior nível de igualdade delimitado pelo gênero foi Santa Catarina que, no ano de 2015, apresentou um Índice de Gini de 0,4197 para os homens e 0,4148 para as mulheres.

Figura 3 - Comparação do Índice de Gini por sexo para os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Já os resultados encontrados, quando mensurado o Índice de Gini do rendimento mensal familiar *per capita* entre indivíduos situados em áreas urbanas e rurais, apontou que há uma maior desigualdade entre os residentes urbanos quando comparados aos moradores rurais. No Brasil, a população urbana possui uma desigualdade de renda baseada no Índice de Gini no valor de 0,500, enquanto para a população rural foi constatado pela mesma variável um resultado de 0,4597, corroborando com uma significativa diferença de 0,0403.

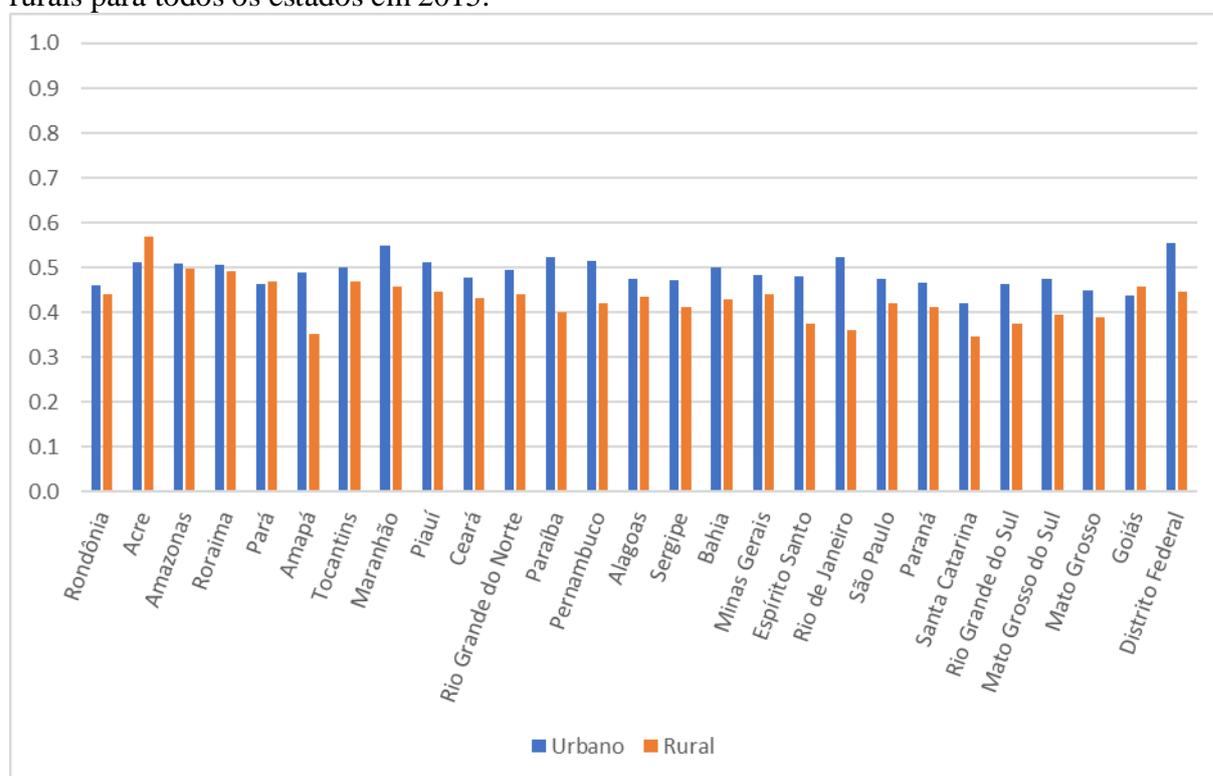
Tabela 3 – Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015.

| Unidade Federativa | Índice de Gini | | Variação (R-U) |
|---------------------|----------------|-----------|----------------|
| | Urbano (U) | Rural (R) | |
| Rondônia | 0,4605 | 0,4416 | -0,0190 |
| Acre | 0,5115 | 0,5695 | 0,0580 |
| Amazonas | 0,5095 | 0,4981 | -0,0113 |
| Roraima | 0,5072 | 0,4911 | -0,0161 |
| Pará | 0,4638 | 0,4686 | 0,0048 |
| Amapá | 0,4877 | 0,3533 | -0,1344 |
| Tocantins | 0,5014 | 0,4696 | -0,0317 |
| Maranhão | 0,5485 | 0,4566 | -0,0919 |
| Piauí | 0,5108 | 0,4450 | -0,0658 |
| Ceará | 0,4773 | 0,4305 | -0,0468 |
| Rio Grande do Norte | 0,4944 | 0,4407 | -0,0537 |
| Paraíba | 0,5225 | 0,4016 | -0,1208 |
| Pernambuco | 0,5155 | 0,4197 | -0,0958 |
| Alagoas | 0,4755 | 0,4348 | -0,0408 |
| Sergipe | 0,4722 | 0,4125 | -0,0597 |
| Bahia | 0,4993 | 0,4294 | -0,0699 |
| Minas Gerais | 0,4818 | 0,4392 | -0,0426 |
| Espírito Santo | 0,4816 | 0,3741 | -0,1075 |
| Rio de Janeiro | 0,5223 | 0,3600 | -0,1624 |
| São Paulo | 0,4760 | 0,4210 | -0,0550 |
| Paraná | 0,4647 | 0,4114 | -0,0534 |
| Santa Catarina | 0,4208 | 0,3459 | -0,0749 |
| Rio Grande do Sul | 0,4619 | 0,3733 | -0,0886 |
| Mato Grosso do Sul | 0,4740 | 0,3955 | -0,0786 |
| Mato Grosso | 0,4484 | 0,3889 | -0,0595 |
| Goiás | 0,4375 | 0,4582 | 0,0206 |
| Distrito Federal | 0,5549 | 0,4451 | -0,1098 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Analisando a Tabela 3 e a Figura 4, é possível afirmar que, diferente dos resultados encontrados entre os sexos, as variações das desigualdades entre os residentes urbanos e rurais são mais acentuadas na maioria dos estados, tendo o Rio de Janeiro como o estado que detém o maior nível de variação, com o valor de 0,1624. O Distrito Federal permanece sendo o estado com o maior nível de desigualdade entre a população urbana com um índice de 0,5549, entretanto, para os moradores rurais, o estado do Acre apresentou o maior coeficiente de desigualdade, estimado em 0,5695. Santa Catarina permaneceu com a menor desigualdade para ambas as populações, com o resultado de 0,4208 para os situados em áreas urbanas e 0,3459 para os residentes rurais.

Figura 4 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Por fim, analisando as características propostas no trabalho de forma agrupada para o Brasil em 2015, chegou-se à conclusão de que a desigualdade está mais presente entre as mulheres situadas em ambiente urbano, constando um índice de 0,5014. Entre os homens residentes em áreas urbanas foi mensurado um valor de 0,4984, já nas áreas rurais, as mulheres detêm um resultado de 0,46, enquanto os homens possuem um coeficiente de 0,459.

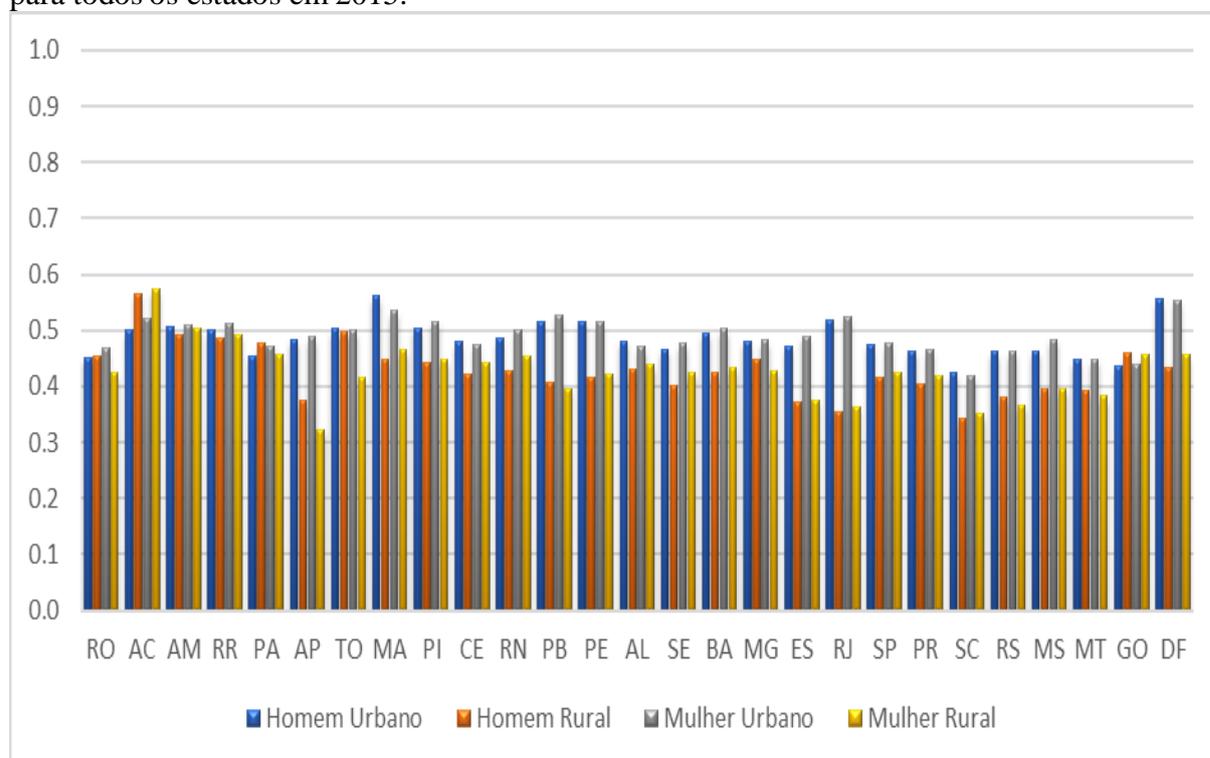
Tabela 4 – Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015.

| Unidade Federativa | Índice de Gini | | | |
|---------------------|----------------|-------------|---------------|--------------|
| | Homem Urbano | Homem Rural | Mulher Urbana | Mulher Rural |
| Rondônia | 0,4520 | 0,4540 | 0,4682 | 0,4240 |
| Acre | 0,5006 | 0,5663 | 0,5207 | 0,5729 |
| Amazonas | 0,5074 | 0,4933 | 0,5108 | 0,5038 |
| Roraima | 0,5003 | 0,4856 | 0,5122 | 0,4923 |
| Pará | 0,4547 | 0,4766 | 0,4720 | 0,4566 |
| Amapá | 0,4841 | 0,3747 | 0,4887 | 0,3226 |
| Tocantins | 0,5022 | 0,4987 | 0,5002 | 0,4150 |
| Maranhão | 0,5613 | 0,4494 | 0,5356 | 0,4642 |
| Piauí | 0,5048 | 0,4413 | 0,5160 | 0,4488 |
| Ceará | 0,4793 | 0,4203 | 0,4753 | 0,4413 |
| Rio Grande do Norte | 0,4858 | 0,4277 | 0,5010 | 0,4543 |
| Paraíba | 0,5164 | 0,4065 | 0,5276 | 0,3960 |
| Pernambuco | 0,5167 | 0,4169 | 0,5144 | 0,4226 |
| Alagoas | 0,4811 | 0,4298 | 0,4702 | 0,4387 |
| Sergipe | 0,4664 | 0,4003 | 0,4768 | 0,4250 |
| Bahia | 0,4955 | 0,4242 | 0,5023 | 0,4347 |
| Minas Gerais | 0,4811 | 0,4467 | 0,4820 | 0,4286 |
| Espírito Santo | 0,4721 | 0,3714 | 0,4897 | 0,3758 |
| Rio de Janeiro | 0,5187 | 0,3556 | 0,5253 | 0,3633 |
| São Paulo | 0,4756 | 0,4166 | 0,4762 | 0,4251 |
| Paraná | 0,4637 | 0,4035 | 0,4654 | 0,4200 |
| Santa Catarina | 0,4240 | 0,3421 | 0,4175 | 0,3501 |
| Rio Grande do Sul | 0,4621 | 0,3796 | 0,4616 | 0,3661 |
| Mato Grosso do Sul | 0,4628 | 0,3940 | 0,4844 | 0,3962 |
| Mato Grosso | 0,4477 | 0,3912 | 0,4485 | 0,3822 |
| Goiás | 0,4354 | 0,4594 | 0,4387 | 0,4554 |
| Distrito Federal | 0,5551 | 0,4339 | 0,5540 | 0,4555 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

Observando a Tabela 4 e a Figura 5, é possível concluir que, entre os homens localizados em áreas urbanas, o estado do Maranhão possui a maior desigualdade de renda, tendo seu Índice de Gini estimado em 0,5613, superando até mesmo o Distrito Federal, que liderava os *rankings* nos resultados anteriores. Para o homem rural, o estado que apresentou maior grau de desigualdade foi o Acre, constando em seu índice o valor de 0,5663 e diferenciando-se de todos os outros estados que não ultrapassaram a marca de 0,5.

Figura 5 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015)

No caso das mulheres urbanas, o Distrito Federal apresentou o maior Índice de Gini, com o valor de 0,5540, enquanto para as mulheres rurais, o Acre foi o maior expoente de desigualdade, tendo seu coeficiente definido em 0,5729. Santa Catarina teve os melhores resultados para quase todas as variáveis, perdendo apenas para o Amapá, que detém o menor índice de desigualdade entre as mulheres situadas em áreas rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou mensurar, através do Índice de Gini, as desigualdades de renda entre gêneros nas diferentes distribuições populacionais residentes nas áreas urbanas e rurais no ano de 2015, para todos os estados brasileiros. Com esse intuito, foi necessário: i) analisar a desigualdade de renda nas áreas urbanas e rurais; ii) verificar se há diferença na distribuição da renda entre os gêneros; e, finalmente, iii) apresentar a distribuição espacial da desigualdade de renda observada pelos estados brasileiros.

Para tanto, utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recente, realizada em 2015. As variáveis consideradas no trabalho foram; a quantidade de pessoas com mais de 15 anos que possui as características analisadas; e o rendimento mensal familiar *per capita*. Para o cálculo do Índice de Gini utilizou-se o programa Stata, na versão 16.0.

De acordo com os índices estimados, consta-se que as mulheres detêm uma desigualdade de 0,507 entre as pessoas do mesmo sexo, enquanto os homens possuem um valor de 0,505. O Distrito Federal apresentou os índices mais elevados para ambos os gêneros, sendo 0,5569 e 0,5547 para homens e mulheres, respectivamente. Já o estado de Santa Catarina apresentou os menores resultados, estimados em 0,4197 para os homens e 0,4148 para as mulheres.

A análise da desigualdade baseada na localização dos indivíduos mostrou que, a população urbana possui um Índice de Gini maior que a população rural, no valor de 0,500, enquanto para os demais constam-se um resultado de 0,4597. O estado mais desigual no ambiente urbano foi o Distrito Federal, já para a área rural, o Acre apresentou o pior coeficiente. Assim como entre os gêneros, Santa Catarina dispuseram dos melhores resultados, tanto para a região urbana, quanto para a rural.

Quando analisado todas as características de modo agrupado, concluiu-se que as mulheres urbanas apresentam a maior desigualdade, constando um índice de 0,5014. Já para os homens rurais estimou-se o melhor Índice de Gini, correspondendo a 0,459, tendo semelhança com o valor de 0,46 pertencente as mulheres da mesma localização. Em geral, o Acre e o Distrito Federal apresentaram os piores coeficientes de desigualdade, enquanto Santa Catarina e o Amapá relataram um maior grau igualdade de renda entre sua população.

Este trabalho denotou resultados importantes sobre a desigualdade de renda no Brasil e em seus estados, podendo ser utilizados para a elaboração de políticas públicas que visam reduzir a desigualdade e, conseqüentemente, elevar o nível de desenvolvimento da sociedade. Em pesquisas futuras poderão ser realizadas análises econométricas, com o intuito de identificar os fatores determinantes da desigualdade de renda que acarretaram nos índices estipulados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. v. 1, 446 p. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249>>. Acesso em: 20 set. 2021.

BECKETTI, S. **Stata Technical Bulletin**. Stata. 1995.. Disponível em: <<https://www.stata.com/products/stb/journals/stb23.pdf>>. Acessado em: 10 abr 2023.

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. et al. **World Inequality Report 2022**, World Inequality Lab. 2021. Disponível em: <<https://wid.world/>> . Acesso em: 19 set. 2022.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. **Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338351606_SOBRE_O_CONCEITO_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_NOTAS_PARA_DEBATE_-_ON_THE_CONCEPT_OF_REGIONAL_DEVELOPMENT_NOTES_FOR_DISCUSSION>. Acesso em: 25 set. 2021.

DE OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, v. 5, n. 2, 2002. [Acessado 10 Março 2023], Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>.

DALMOLIN, L. C. **Faces e lados ocultos na estrutura tributária capitalista**. Economia e Sociedade [online]. 2021, v. 30, n. 3 [Acessado 19 Setembro 2022], pp. 1051-1068. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n3art11>>.

FARIAS, E. de S.; TEIXEIRA, E. C. **DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL E SUAS REGIÕES**. Gestão & Regionalidade, [S. l.], v. 38, n. 113, 2022. DOI: 10.13037/gr.vol38n113.6944. Disponível em: <https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6944>. Acessado em: 11 out. 2022.

FONSECA, P. C. D. **O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**. LCTE, 2009. [Acessado 20 Março 2023], Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf>.

GABRIEL, F. B. A.; LUZ, J. F. F.; COSTA, C. A. L. V.; RIBEIRO, M. L. **CONCENTRAÇÃO DE RENDA NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL DE 2004 A 2015**. Informe GEPEC, [S. l.], v. 25, p. 153–178, 2021. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26405>>. Acessado em: 11 out. 2022.

HOFFMANN, R. **Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar**. Economia e Sociedade. 2010, v. 19, n. 3 [Acessado 02 out. 2022], pp. 647-661. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000300010>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1970**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1990**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 25 set. 2021.

MATOS, J. D. **Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tcche.br/documentos/documentos_fee_62.pdf> . Acessado em: 05 out. 2021.

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dados. 2019, v. 62, n. 1 [Acessado 09 Outubro 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582019169>>.

PIMKINA, S.; DE LA FLOR, L. **Promoting Female Labor Force Participation**. World Bank. Washington, DC. 2020. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília, 2017. [Acessado 15 abril 2023]. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regi%C3%B5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>>

RIBEIRO, C. A. C.; MACHADO, W. **Rendimento do Trabalho das Esposas e Tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014)**. Dados. 2018, v. 61, n. 1 [Acessado 09 Outubro 2022], pp. 103-135. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582018148>>.

SOUZA, H. G. de; TABOSA, F. J. S.; ARAÚJO, J. A. de; CASTELAR, P. U. de C. **Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil**. Revista de Administração Pública. 2021, v. 55, n. 2 [Acessado 11 Outubro 2022], pp. 459-482. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190349>>.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2841892&forceview=1>>. Acesso em: 20 set. 2021.